CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Comiss. BrasileiraClass.: Noroeste Amazônico 427Data: 09/05/93Pg.: 11**Índios exigem
demarcação**

As lideranças indígenas, reunidas numa *assembleia geral*, em dezembro último na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), se posicionaram pela luta por uma efetiva e urgente demarcação de suas terras, principalmente as dos índios ianomamis. As 260 lideranças, presentes ao encontro, denunciaram a interferência dos militares, dos governos estaduais e das mineradoras da região no problema da demarcação. A assembleia redigiu um documento de protesto solicitando ao Governo Federal urgentes providências contra as constantes invasões de garimpeiros às suas terras.

O documento da 3ª Assembleia Geral da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, encaminhado ao Ministério Público, denuncia ainda que as invasões no alto rio Negro continuam apoiadas pelas prefeituras municipais e comerciantes da região, provocando surtos de doenças e diminuição da caça e pesca. O foro da assembleia fez sérias críticas à atuação do Ibama, que protege os grandes comerciantes exploradores de minérios.

**Limite se opõe
à Constituição**

As Forças Armadas são contra os critérios adotados na demarcação de terras indígenas, diante do não cumprimento dos dispositivos constitucionais que estabelecem 150 quilômetros de faixa de fronteiras, limite considerado indispensável, de acordo com os parâmetros de estratégia de segurança. Os indígenas aceitam, no máximo, 25 quilômetros de faixa.

Por outro lado, os militares e os governos dos estados de Roraima e Amazônia reagem ao volume de terras destinadas às reservas dos ianomamis, as quais penetram nas suas divisas, provocando prejuízos ao setor extrativista, além de se localizarem em áreas consideradas ricas em recursos minerais.

Essa redução da faixa de segurança das fronteiras preocupa o Exército também no sentido de que prejudica a movimentação de tropas na área, além de abrir brechas para possíveis ações políticas e invasões por parte de estrangeiros. O assunto será avaliado pelo Alto Comando na reunião do dia 19 em Manaus.